



Educação

ISSN: 1981-2582

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Niederauer, Carina Maria Melchior; Azevedo, Tânia Marís de
Subjetividade na e pela linguagem: a construção da identidade docente
Educação, vol. 41, núm. 3, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 463-470
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.29726>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84860202001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

OUTROS TEMAS / OTHER TEMIS

Subjetividade na e pela linguagem: a construção da identidade docente

Subjectivity in and by language: the construction of the teaching identity

Subjetividad en la y pela linguage: la construcción de la identidad docente

CARINA MARIA MELCHIORS NIEDERAUER¹

TÂNIA MARÍS DE AZEVEDO²



RESUMO

Este artigo tem por objetivo abordar a construção da identidade docente pelo viés da subjetividade na linguagem. Para isso, inicialmente é apresentado o aporte teórico que fundamenta essa proposta, os estudos benvenistianos, seguidos de uma breve incursão pela filosofia buberiana, assim como pelo olhar de alguns estudiosos da Educação, quanto a como o docente se vê e se constrói como professor, demonstrando, ainda, algumas das influências externas (culturais, sociais etc.) que interferem nesse processo de constituição docente. Por fim, é feita uma análise de alguns discursos de professores que falam sobre como se veem como docentes, bem como veem o profissional de maneira geral, a fim de ser demonstrado de que forma se marcam na e pela linguagem e como por ela manifestam a subjetividade no processo de construção de sua identidade docente.

Palavras-chave: Educação; Subjetividade; Constituição da identidade docente.

ABSTRACT

This article aims to approach the construction of teacher identity through the bias of subjectivity in language. In order to do so, the theoretical contribution that underlies this proposal, known as benvenistian studies, is initially presented. Following with a brief foray into buberian philosophy, as well as the look of some scholars of Education, as to how the teacher sees and constructs himself as a teacher, demonstrating, also, some of the external influences (cultural, social etc.) that interfere in this process of constituting teacher's identity. Finally, an analysis regarding some teachers' discourses that talk about how they see themselves as teachers is carried out, as well as how the professional in general is seen, in order to show how they are marked in and by language and how they manifest the subjectivity in the process of constructing their teaching identity.

Keywords: Education; Subjectivity; Constitution of the teaching identity.

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo abordar la construcción de la identidad docente por la óptica de la subjetividad en el lenguaje. Para ello, inicialmente se presenta el aporte teórico que fundamenta esta propuesta, los estudios benvenistianos, seguidos de una breve incursión por la filosofía buberiana, así como por la mirada de algunos estudiosos de la Educación, en cuanto a cómo el docente se ve y se construye como profesor, demostrando, además, algunas de las influencias externas (culturales, sociales etc.) que interfieren en ese proceso de constitución de la identidad docente. Por último, se hace un análisis de algunos discursos de profesores que hablan de cómo se ven como docentes, así como ven el profesional de manera general, a fin de demostrar de qué forma se marcan en la y por la lenguaje y cómo por ella manifiestan la subjetividad en el proceso de construcción de su identidad docente.

Palabras clave: Educación; Subjetividad; Constitución de la identidad docente.

¹ Doutora em Letras (2015), Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade (2007), graduada em Letras- Licenciatura em Língua e Literatura Portuguesa (2005), graduada em Letras – Secretário Executivo pela Universidade de Caxias do Sul (1987). Professora do corpo permanente do Mestrado Acadêmico em Letras e Cultura e professora do Curso de Letras-Licenciatura da UCS. Desenvolveu estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul. <<https://orcid.org/0.000-0001-5453-8912>>. E-mail: <carina.nider@gmail.com>.

² Doutora em Letras – Linguística Aplicada (2003), Mestre em Letras – Linguística Aplicada, graduada em Letras-Licenciatura. Professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Doutorado em Letras, professora do Curso de Letras-Licenciatura da UCS. Desenvolveu estágio de pós-doutoramento em Educação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <<https://orcid.org/0.000-0002-0499-356X>>. E-mail: <tmazeved@ucs.br>.



NO PRINCÍPIO, ALGUMAS PALAVRAS...

Como um sujeito constrói sua identidade profissional? O que significa *ser professor*? Como ele se identifica como *docente*? Como se manifesta tal identidade? Essas e outras questões vêm à mente quando se pensa em uma profissão, tão essencial quanto complexa, como a de professor. O que faz um sujeito ser *professor* aos seus olhos e aos olhos dos seus pares? Basta dizer a todos que ensina profissionalmente para que seja reconhecido como professor?

Num tempo em que a profissão de professor está tão achacada por violações de direitos, por desvalorizações constantes, quer financeiras, quer do próprio ofício, por processos de capacitação e qualificação, no mínimo, questionáveis, seja em nível de Ensino Médio, seja no Ensino Superior, por vilipêndios persistentes às atribuições e funções da docência, como enunciar um discurso que evidencie a identidade docente com o orgulho de quem desempenha sua profissão com excelência?

O que se traz à discussão neste artigo são algumas constatações que os pressupostos enunciativos do linguista Émile Benveniste, bem como algumas reflexões filosóficas de Martin Buber, autorizam a fazer no que diz respeito ao papel primordial da linguagem na constituição da subjetividade humana; logo, potencialmente transferíveis para a construção da identidade docente. Tal construção, conforme o que se propõe, tem na base um discurso enunciado por um *eu-docente* e cujo sentido se constitui somente em uma enunciação circunstanciada num dado espaço-tempo e fundada na relação de alteridade que efetivamente constrói a identidade. É por meio do discurso que a linguagem possibilita ao *eu*, na permanente oposição com um *tu* (e essa é a relação de alteridade, tal como definida por Platão no diálogo *O sofista*), que se pode pensar a criação e a composição da subjetividade e, por conseguinte, da identidade, pessoal e profissional, do professor.

LINGUAGEM, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DOCENTE

Inicia-se este estudo fazendo um questionamento: a linguagem pode revelar como o docente se constitui e/ou como se vê como profissional? É buscando comprovar que sim, que a linguagem é um elemento revelador de como o sujeito se vê e se institui nas relações interpessoais, seja profissional, seja pessoalmente, que se desenvolve o presente artigo, dado que nada mais natural do que pensar a subjetividade na construção docente a partir do discurso desse profissional.

Ao assumir o que diz Benveniste (2005, p. 286), que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui

como sujeito [...]”, reconhece-se que a linguagem está na base da constituição do homem e que por ela se constrói a identidade na interação e na interlocução com o outro. É para tal perspectiva que este estudo dirige sua atenção: à subjetividade como unidade psíquica que vai além das experiências vividas, possibilitando a manutenção da consciência; dito de outra forma, aqui está em questão o fato de o locutor apresentar-se como sujeito do seu discurso, “remetendo a ele mesmo como *eu*” (BENVENISTE, 2005, p. 286), responsabilizando-se por aquilo que é dito.

Segundo Flores (2013, p. 107-108), Benveniste, no texto “A linguagem e a experiência humana”, de 1965, explicita a “universalidade da experiência humana na linguagem”, isto é, para uma língua ser entendida como tal, deve permitir que nela o homem singularize-se. Por outras palavras, embora as formas da língua sejam as mesmas, o uso que delas o sujeito faz o inscreve no próprio discurso.

De acordo com Benveniste (2006, p. 68), em geral, as línguas apresentam determinadas categorias de expressão em comum, pode-se dizer quase correspondentes, contudo, apesar de “registradas e inventariadas nas descrições”, é apenas na utilização da linguagem e na realização do discurso que aparecem de forma explícita suas funções: “São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem”.

Benveniste (2005, p. 288) chama atenção para o fato de que na linguagem a forma linguística *eu*¹ indica “pessoa e, em geral, está presente na maioria das línguas, sendo denominada *pronomé*; uma classe de palavras na qual

eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. [...] É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’. É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. [...] não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.

Segundo o estudioso, a subjetividade na linguagem tem nos pronomes pessoais sua principal forma de manifestação, seguida por outras classes de pronomes. Mas não apenas os pronomes são indicadores de subjetividade, destaca o linguista, outras formas da língua também atuam nesse sentido como, por exemplo,

¹ O mesmo ocorre com o pronome *tu*, no entanto, devido às limitações de um texto como este, não é aqui examinado. Para maior aprofundamento, ver Benveniste (1995, p. 277-283).

os dêiticos²: (a) pronomes demonstrativos (*este, esta, isto...*) organizam o discurso no espaço, a partir de um ponto central, que é *eu* – algo está perto de mim, de ti, dele –, ou seja, funcionam como um sistema de coordenadas espaciais que localiza os objetos a partir daquele que se institui como *eu*; (b), a “marca temporal do presente [que] só pode ser interior ao discurso. [...] não há nem outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se *está*’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’” (BENVENISTE, p.289, grifos do autor); e (c) os advérbios (*aqui, agora, hoje...*), cuja referência é sempre o tempo e o espaço do *eu* que enuncia.

Todos esses elementos só se definem na instância do discurso em que são empregados e dependem do *eu* que se enuncia. Assim, *hoje, agora*, dizem respeito ao tempo em que o *eu* se encontra, bem como *este, aqui*, ao espaço ocupado pelo *eu* numa dada instância discursiva. Significa dizer que, toda vez que o homem se apresenta em sua individualidade, refere-se a si mesmo como *eu* numa oposição ao *tu* (seu alocutário) e ao *ele* (objeto da enunciação *eu-tu*), oposição essa inerente ao discurso, isto é, sempre há um *eu* enunciando-se para um *tu* sobre um *ele*.

Eu e tu são seres do discurso, não existem fora de uma enunciação, tanto que podem ser fisicamente a mesma pessoa, como no caso em que registro um compromisso em minha agenda: é um *eu* (João, por exemplo) escrevendo para um *tu* (o mesmo João) sobre um *ele* (compromisso assumido por João).

Na linguagem, o tempo presente é o tempo do discurso. Sendo o ato de fala individual, a cada atualização do discurso há um tempo presente novo e, sendo intrínseco ao locutor, é uma experiência subjetiva que não pode ser transferida. A fim de ilustrar o que é dito:

Se narro o que ‘me aconteceu’, o passado ao qual me refiro não é definido senão em relação ao presente de meu ato de fala, mas como o ato de fala parte de mim e ninguém pode falar por minha boca, da mesma forma que não pode ver por meus olhos ou experimentar o que eu sinto, é unicamente a mim que este ‘tempo’ se relacionada e é unicamente à minha experiência que ele se restringe (BENVENISTE, 2006, p. 77).

Muito embora isso possa parecer verdadeiro, meu interlocutor aceita como sendo sua a temporalidade que regula meu discurso, ou seja, meu *hoje* torna-se seu *hoje*, apesar de esse *hoje* não fazer parte do seu discurso. O inverso também é verdadeiro, quando meu interlocutor assumir o discurso, a fim de responder ao meu, seu

tempo será meu tempo. Dessa forma, o tempo se torna um elemento de intersubjetividade. Já essas mesmas palavras, em um texto escrito, não terão o mesmo efeito, visto que não indicarão o presente linguístico e, para serem compreendidas, necessitarão ser acompanhadas de uma espécie de indício ou indicador com uma divisão do tempo cronológico, por exemplo, “hoje, 14 de setembro de 2017”. O mesmo acontece com o *eu* que é retirado do discurso que o institui, pois, nesse caso, pode ser atribuído a qualquer locutor possível. Sendo assim, é necessário atualizar esse locutor, informando seu nome próprio. Diante desse quadro enunciativo, é possível dizer que,

As coisas designadas e organizadas pelo discurso (o locutor, sua posição, seu tempo) não podem ser identificadas senão pelos parceiros da comunicação linguística. Do contrário, para tornar inteligíveis essas referências intradiscursivas, deve ligar cada uma delas a um ponto determinado em um conjunto de coordenadas espaço-temporais. A junção se faz assim entre o tempo linguístico e o tempo crônico (BENVENISTE, 2006, p. 78-79).

Para Benveniste (2006, p. 85), da “enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo”. Se o tempo tem sua origem no presente, é somente o ato de enunciação que torna isso possível, é o discurso inserido no mundo que viabiliza ao homem viver o presente.

Além disso, Benveniste (2006, p. 86) explica que a enunciação prevê um conjunto de funções sintáticas capazes de colaborar com o enunciador para que possa induzir as atitudes de seu alocutário. Alguns exemplos do que é dito são: (1) interrogação, que visa a provocar uma resposta; (2) intimação, que corresponde ao uso do imperativo e do vocativo, exigindo uma relação intersubjetiva, que ocorre no tempo da enunciação; e (3) asserção, que marca de forma explícita a presença do locutor na enunciação e objetiva manifestar uma certeza por meio das palavras ‘sim’ e ‘não’, afirmando ou negando uma proposição (p. 86).

Para Benveniste (2006, p. 87, grifos do autor), o “que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”. A estrutura do diálogo requer dois sujeitos na posição de parceiros, que alternativamente assumem o protagonismo da enunciação.

Essa relação de parceria presente no discurso é também objeto de estudo de Martin Buber. Em sua obra *Eu e Tu* (1979), o filósofo afirma que o homem é um ente de relação, algo que é essencial e fundamental para sua existência. Mais adiante, volta-se ao pensamento de Buber no que concerne à relação *eu-tu* por ele proposta.

² Dêitico, segundo Benveniste (FLORES et al., 2009, p.214), é o “signo cuja referência é a situação a cada vez única da enunciação, que se torna pleno assim que um locutor o assume em cada instância do seu discurso”.

É preciso atentar, ainda, para o fato de que aquele que fala e se enuncia como *eu* do discurso está sempre diante de um ato novo, ou seja, cada vez que se enuncia como *eu* está inserindo o locutor em um novo tempo e lugar, em uma nova cena enunciativa. Dessa forma, um mesmo enunciado, proferido uma centena de vezes, terá cada vez um sentido inédito, uma vez que, no mínimo, o tempo já será outro. A partir do momento em que “o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006, p. 69). Em Benveniste, pode-se ver a experiência humana sendo tratada como uma enunciação, integrada por um locutor interagindo com um alocutário, sobre um dado assunto, num determinado tempo-espacô. Assim, é possível cogitar que Benveniste via a experiência humana como uma enunciação, um ato de enunciar, um ato de constituir-se *eu*. Eis a subjetividade constituída na e pela linguagem.

Deve-se ter em mente, segundo Benveniste (2006, p. 69), que os pronomes, assim como outros signos da língua, estão “consignados e ensinados nas gramáticas”, no entanto, “quando alguém os pronuncia, esse alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, transforma-se em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa”.

O que impulsiona a subjetividade, postula Benveniste, é exatamente essa dialética, pois assim que o enunciador se apropria da linguagem, em uma dada instância do discurso, faz uso do sistema de referências oferecido pela língua, tornando-o único e não repetível (BENVENISTE, 2006).

Benveniste (2005) sustenta que, por exemplo, o pronome fora do discurso é apenas uma forma “vazia”, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito, mas que se torna “plena” toda vez que um locutor a assume em seu discurso.

Para o linguista francês (2005, p. 278), os pronomes *eu* e *tu* só se definem no discurso, em que *eu* corresponde à “pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Por outras palavras, “*eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí” (p. 278-279). Quanto ao *tu*, este é “o indivíduo alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística *tu*” (p. 279).

O discurso individual tem como particularidade o exercício da linguagem, dado que cada locutor toma para si toda a linguagem. Importa ficar claro que há uma grande diferença entre linguagem como sistema de signos e linguagem como exercício assumido pelo indivíduo:

Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias do discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. Assim os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor (BENVENISTE, 2005, p. 281, grifos do autor).

Outro aspecto interessante da língua como mecanismo de expressão da subjetividade acontece, por exemplo, no emprego dos verbos. Segundo Benveniste (2005, p. 290), a utilização de um verbo de três pessoas, no presente, pode não representar nenhuma mudança de sentido na “forma verbal conjugada”, como em “eu como, tu comes, ele come”, em que a forma verbal indica uma ação atribuída igualmente ao *eu*, ao *tu* e ao *ele*, ou em “eu sofro, tu sofres, ele sofre”, que indica um estado. Contudo, muitos verbos fogem a essa regularidade de sentido quando há mudança de pessoa. Um exemplo disso: ao dizer “eu creio que...”, é feita uma asserção “mitigada”, isto é, nesse caso, dizer “eu creio” não representa que o locutor se descreva, de fato, é a proposição que segue esse verbo que se converte em uma enunciação subjetiva.

Outros exemplos disso podem ser “eu suponho que...”, “eu presumo que...”. Repare o leitor que, nesses casos, o verbo vem sempre acompanhado de *que* e de uma proposição, sendo este o “verdadeiro enunciado e não a forma verbal pessoal” que o rege, contudo é essa forma pessoal que indica a subjetividade. Dito de outro modo, é a forma verbal que dá “à asserção que segue o contexto subjetivo – dúvida, presunção, inferência – próprio para caracterizar a atitude do locutor em face do enunciado que profere. Essa manifestação da subjetividade só tem relevo na primeira pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 291).

Ainda de acordo com o linguista, verbos como “jurar, prometer, garantir, certificar” (BENVENISTE, 2005, p. 292) também evidenciam a subjetividade, se for levado em consideração o que representa, no que tange ao sentido, a mudança das pessoas. Ao dizer “eu juro”, o *eu* se enuncia como assumindo para ele a verdade do juramento feito; nesse caso, o locutor assume possíveis consequências jurídicas e sociais sobre aquilo que diz. Por outro lado,

O mesmo verbo, segundo seja assumido por um ‘sujeito’ ou esteja colocado fora da ‘pessoa’, toma um valor diferente. É uma consequência do fato de que a própria instância de discurso que contém o verbo apresenta o ato, ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito. Assim, o ato é cumprido pela

instância de enunciação do seu ‘nome’ (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é ‘eu’) (BENVENISTE, 2005, p.292-293).

Em suma, a subjetividade não está no sentido do verbo, mas na enunciação.

Benveniste, em seu texto “*Da subjetividade na linguagem*”, destaca que o homem não encontrou nenhum meio mais eficiente para se comunicar do que a linguagem, considerando que ela o constitui, faz parte de sua natureza; e a isso acrescenta:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p.285).

Para Flores (2013), Benveniste, em alguns de seus textos, busca fazer relação entre língua e sociedade ou linguagem e cultura, como, por exemplo, ao dizer que é pela linguagem que o homem atinge outro homem, enuncia-se e interage com a enunciação do outro. E nessa constante interlocução a linguagem funda a sociedade e a cultura.

Para Benveniste (2006, p.98), da relação língua/ sociedade é possível dizer “que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua”. Em suma, para o linguista, o fundamento linguístico da subjetividade reside na relação mútua do *eu* com o *tu*, em uma realidade dialética.

Pelos pressupostos benvenistianos até aqui apresentados, pode-se conjecturar que o docente, assumindo-se como *eu* em seus discursos, enuncia-se a um *tu* (discentes, por exemplo), e nesse enunciar-se na e pela linguagem constitui sua subjetividade. Resumindo, o professor constitui-se sujeito na relação pedagógica mediada pela linguagem.

Partindo da ideia de Benveniste de relação entre um *eu* e um *tu*, pessoas do discurso que nele se marcam pela linguagem, retoma-se o pensamento de Buber (1979). O filósofo, para distinguir as atitudes do homem diante do mundo ou perante o ser, nomeia cada uma como *palavra-princípio*. Uma delas é a *palavra-princípio Eu-Tu*, que concerne ao homem numa relação de reciprocidade com outro homem, é a atitude ontológica “do encontro entre dois parceiros caracterizado pela reciprocidade” (CARRARA, 2002, p.83). A outra *palavra-princípio* é *Eu-Isso*, que diz respeito à experiência e ao uso; é a atitude cognoscitiva.

Consoante Carrara (2002, p.81), a antropologia buberiana tem como princípio fundamental:

O homem enquanto ser essencialmente relacional. O fato existencial, por excelência, é um ser humano existindo ao lado de outro ser humano cuja existência individual só pode ser entendida na relação com o outro, melhor dizendo, na relação dialogal. Isso converte o reino do entre no lugar privilegiado do conhecimento, tendo a linguagem por interlocutora essencial.

Novamente, aqui, percebe-se a relação *Eu-Tu* como essencialmente dialogal, logo inscrita na linguagem, mediada pela linguagem, viabilizada pela linguagem e realizada pela linguagem, tanto que a identidade individual só pode se constituir na relação com outro indivíduo por meio da linguagem. Eis, outra vez, a subjetividade construída e constituída na e pela linguagem.

De acordo com Buber (1982, p.54), no que ele chama *diálogo autêntico*, “cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e si próprio uma reciprocidade viva”.

No dizer de Carrara (2002, p.83), o primordial para Buber é o fato de que nada se compara, na natureza, à relação de um ser com o outro, e o “sinal e o meio para isso é a linguagem, pois suas raízes se acham num ser que se volta para o outro como outro e se comunica com ele numa esfera que é comum” a ambos.

O pensamento de Buber (1979), de certa forma, ratifica o que propõe Benveniste quando afirma que a palavra instaura o homem no ser, algo diferente de pensar que o homem seria o condutor da palavra. Outro ponto convergente diz respeito à ideia de *relação*. Para Buber, a relação promove um encontro dialógico a cada vez novo, um fenômeno inter-humano.

Para Buber (1979, p.LVIII), assim como para Benveniste, “torno-me Eu na relação com o Tu”. O Tu orienta a atualização do Eu e este, pela sua aceitação, exerce sua ação de presentificação do outro que, neste evento, é o seu Tu.

De acordo com o filósofo, o mundo da relação constrói-se em três esferas:

A primeira é a vida com a natureza onde a relação permanece no limiar da linguagem.

A segunda esfera é a vida com os homens onde a relação toma forma de linguagem. A terceira é a vida com os seres espirituais onde a relação embora sem linguagem gera a linguagem (BUBER, 1979, p.117).

Para ele, das três esferas uma se destaca, a que considera a vida com os homens, pois nessa esfera a linguagem, a seu ver, completa-se no discurso e na réplica; é quando a palavra dita encontra sua resposta.

Do que foi exposto até aqui, é possível destacar a relevância da relação do *eu* com o *tu*, principalmente, pensando no que visa este estudo, que é dar a conhecer como o docente constitui sua subjetividade na e pela linguagem.

PROFESSOR COMO IDENTIDADE PROFISSIONAL

A construção da identidade profissional decorre de algumas escolhas feitas pelo docente, como, por exemplo, ao que aspira ou não, o que pode ou não como professor; além disso, depende também do sentido e do *status* que atribui a seu trabalho. Essa construção identitária é imprescindível para sua profissão e envolve “o delineamento da cultura do grupo de pertença profissional, sendo integrada ao contexto sociopolítico” (VEIGA, 2010, p. 17).

Neste artigo, examina-se a construção da identidade profissional docente cujo pressuposto maior é a constituição da subjetividade do professor por ele mesmo via linguagem, ou melhor, a subjetividade manifesta explícita ou implicitamente em seus discursos.

Na constituição da subjetividade docente, há de se considerar três importantes dimensões: (a) o desenvolvimento pessoal; (b) o desenvolvimento profissional; e (c) o desenvolvimento institucional (NÓVOA, 1995). Trata-se de dimensões inseparáveis, quando se adota a perspectiva de que o docente, como todos os demais profissionais, constrói sua trajetória buscando a excelência no que faz. Alcançar essa excelência pressupõe, certamente, conceber-se como *sujeito* de seu discurso na instância discursiva pessoal, profissional ou institucional, mesmo que profissional e institucionalmente seu discurso seja sempre povoado por discursos outros: (a) da docência como prática profissional, que o põe em relação ao conhecimento, aos estudantes, aos colegas professores, aos procedimentos didáticos, avaliativos; e/ou (b) da instituição que integra como professor, na qualidade de prática organizacional que o constitui com seus valores, concepções, objetivos, procedimentos, culturas escolares, regulamentos.

Cavaco (1995), ao abordar o estágio inicial da profissão docente, destaca que, como para qualquer outra atividade profissional, é um período de paradoxos, no qual, ao mesmo tempo em que se pensa ter encontrado um lugar, surgem dúvidas sobre se de fato esse é o lugar almejado. Segundo a autora, ao ingressarem em uma escola, os professores em início de carreira enfrentam, algumas vezes, a indiferença de colegas que estão há mais tempo na docência, que desconsideram suas propostas ou, como referem, que não os ouvem.

É comum observar (e muitos já viveram isso) os docentes com mais tempo de trabalho efetivo dizendo que

os ingressantes são sonhadores ou pensam em uma prática pedagógica utópica, vista somente nas atividades de estágio, no magistério ou na licenciatura. Mas, pelo fato de o contexto ser outro, com aprendizes desinteressados, indisciplinados, com familiares distantes da escola – e, por que não, dos filhos –, o “sistema” os reprime, fazendo com que trabalhem apenas aquela listagem infundável de conteúdos despregados de qualquer situação espaço-temporal e visando, no mais das vezes, ao desempenho discente no vestibular ou, mais recentemente, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). É interessante perceber o discurso dos professores quanto às exigências do vestibular, já no segundo ano do Ensino Fundamental, ao trabalharem, por exemplo, divisão silábica, encontros consonantais e vocálicos. No entanto, há muito (se é que um dia foi assim), os concursos vestibulares, assim como o Enem, não transformam esses conteúdos em objeto de questões.

Para comprovar o que apresenta, a autora traz a fala de um dos sujeitos de sua pesquisa³, que diz:

Nem me ouvem. Só pouco a pouco vão vendendo o que estou fazendo: não estimulam nada. Que eu ainda hei-de receber uma medalha de cortiça, que as ilusões logo me passam. É tudo negativo (...). Parece que já fizeram tudo, que já experimentaram tudo (CAVACO, 1995, p. 163).

Não obstante, esse é apenas um dos obstáculos enfrentados pelos professores em início de carreira. Cavaco (1995) refere ainda as trocas constantes de escola, durante os primeiros anos de exercício da profissão, bem como o fato de o professor, nesse processo de construção docente, acabar, por vezes, no anseio de assegurar seus saberes. E, assim, mantendo-se preso aos conhecimentos que “domina” ou aos manuais e livros didáticos, o que torna seu ensino quase que apenas dogmático.

A autora (1995, p. 166) também questiona: “O que significa dar uma aula para além de transmitir, passar qualquer coisa como definitiva, acabada, morta? Que limites impõe à profissão a imagem feita de dar aulas, como correspondendo à função de professor?”. Para demonstrar como isso é entendido pela sociedade, Cavaco traz o relato de outro sujeito de sua pesquisa:

Ando sempre de autocarro e ouço as pessoas mais velhas que gostam muito de falar, de contar sua vida. O meu filho este ano está a dar aulas; minha nora está a dar umas aulas..., mas ninguém diz o médico está a dar umas consultas, ou está a dar uma operação. O médico é médico, o engenheiro é engenheiro. O professor parece que nem sequer tem profissão, é apenas alguém que chega ali e dá alguma coisa (CAVACO, 1995, p. 166).

³ Relatada em: CAVACO, M. H. Retrato do professor enquanto jovem. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 29, p. 121-138, 1990.

Para a pesquisadora, a ressignificação, ou seja, a superação dessa descrença com relação à docência, passa por uma mudança não só social, mas do próprio professor. Significa rever o seu fazer, mudar e desenvolver de forma diferente suas atividades. Essas inquietações são, na verdade, positivas, visto que desacomodam os professores em início de carreira e podem levá-los a novas representações mais qualificadas e capazes de tornar seu fazer docente mais eficaz.

Quando se fala em construção docente, um conceito bastante presente pode ser retomado, o de *profissionalidade*. Sacristán (1995, p. 65) entende *profissionalidade* como “a afirmação do que é específico na ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor”. Segundo o pesquisador, esse conceito não é estático, encontra-se em permanente reformulação, pois está diretamente relacionado ao “momento histórico concreto e [à] realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar, em suma, tem de ser contextualizado” (SACRISTÁN, 1995, p. 65).

Tanto o contexto como a realidade social acabam por definir as atribuições dos professores, pois é a eles que o sistema educacional deve respostas mediadas pela linguagem pedagógica. São os grupos sociais e os valores dominantes a que pertencem que configuram os conceitos de *educação* e de *qualidade na educação* (SACRISTÁN, 1995, p. 67).

Muito embora essas atribuições sejam socialmente definidas, ao mesmo tempo, os professores não são os únicos responsáveis pela atividade educativa, visto que esta sofre influência direta da política, da economia, da cultura. Diante disso, os docentes, em variadas situações didáticas, acabam por não conseguir produzir conhecimento nem tampouco estratégias para sua prática em sala de aula, destaca Sacristán.

Para o autor, o “papel dos professores nos diferentes níveis do sistema educativo e as suas margens de autonomia são configurações históricas que têm muito a ver com as relações específicas que se foram estabelecendo entre a burocracia que governa a educação e os professores” (SACRISTÁN, 1995, p. 71). Esse contexto pode ter contribuído para que o professor pouco veja espaço para criação de alternativas inovadoras de ensino, visando sempre à aprendizagem discente. Torna-se mais fácil, ou ao menos mais cômodo, atribuir à sociedade, ao sistema educacional e às diferentes conformações familiares a responsabilidade pela rotina embrutecedora de sua prática pedagógica que pouco, ou quase nada, contribui para uma aprendizagem plena de sentido.

Compreender o profissionalismo docente é não perder de vista os contextos que estabelecem sua prática, o “*docente não define a prática, mas sim o papel que*

ai ocupa; é através da sua actuação que se difundem e concretizam as múltiplas determinações provenientes dos contextos em que participa” (SACRISTÁN, 1995, p. 74, grifos do autor). Se, como quer o autor, o contexto de atuação docente determina seu fazer pedagógico, é possível supor que a instância discursiva que o professor – como locutor, como *eu* que enuncia – instaura com seus interlocutores em tal contexto delineia a constituição de sua subjetividade, de sua identidade docente.

SUBJETIVIDADE MANIFESTA NO DISCURSO DO PROFESSOR

A fim de tornar mais clara a proposição de demonstrar a construção da subjetividade docente na e pela linguagem, a seguir, faz-se uma breve análise de alguns discursos desses profissionais.

O que vem a seguir refere-se a um estudo feito por Castaman, Vieira e Oliveira (2006), publicado no artigo *A constituição da profissão docente: um estudo com professores da educação profissional*, cujo objetivo era o de investigar como os professores da educação profissional estão construindo sua identidade docente. Um dos professores que compõe o *corpus* da pesquisa faz a seguinte afirmação: “[...] me sinto um professor comprometido com a prática pedagógica; com o pensar e o agir das ações do dia a dia, desempenhando um papel importante para a sociedade e constantemente desafiado na busca por conhecimento”.

Ao dizer “me sinto”, o locutor descreve sua impressão de si mesmo. Nesse caso, tanto o pronome “me” quanto o verbo “sinto”, conjugado em primeira pessoa, evidenciam a posição do locutor do discurso proferido, isto é, representam a manifestação de sua subjetividade. O locutor se descreve como alguém que se sente comprometido com a prática pedagógica, que se sente comprometido com o pensar e com o agir das ações do dia a dia, que se sente desempenhando um papel importante para a sociedade e que se sente desafiado na busca por conhecimento.

Isso é muito diferente de se falar sobre algo ou alguém, ou seja, sobre o *ele*, a *não pessoa* benvenistiana. No seguinte discurso – “O professor deve ser comprometido com a prática pedagógica” – há alguém falando sobre como o professor *deve ser*. Mas não se está diante de um discurso que possa ser atribuído a um locutor específico, alguém que se responsabilize pelo que é dito, visto que não há marcas de subjetividade, seja pelo emprego de pronomes, verbos ou advérbios de tempo e lugar. Como se vê, o locutor, ao recorrer aos recursos que a língua disponibiliza, pode ou não marcar sua subjetividade e, ao se valer do discurso impessoal, afasta-se da responsabilidade de assumir o que está dizendo. Faz

como se houvesse uma máxima, um dito popular ou uma teoria didático-pedagógica que afirmasse o que lhe cabe como profissional docente. É um “falar *in thesis*”, como se diz academicamente.

Em uma entrevista com um professor de idiomas *online*, disponível no blog intitulado *Blazaar*⁴, ao ser questionado sobre como decidiu ser professor, ele dá a seguinte resposta:

Quando terminei meus estudos, trabalhei um tempo em um jornal, porém me deu vontade de viver mais uma vez no exterior, por isso vim para Berlim. Aqui trabalho como professor de espanhol para estrangeiros freelance desde que cheguei em algumas escolas, centros educativos e cívicos, empresas e online. Paralelamente, tenho organizado, por conta própria, vários grupos de iniciantes, de nível médio e de aperfeiçoamento de espanhol.

Nesse discurso, o conector temporal *quando* só se define em relação à instância enunciativa em que se insere o locutor ao atualizar⁵ o discurso. O passado ao qual se refere é definido em relação ao presente de seu ato de fala, é unicamente ao *eu* do discurso que esse tempo se relaciona e é unicamente à sua experiência que ele se restringe. O mesmo acontece com o advérbio de lugar *aqui*, pois organiza o discurso no espaço, a partir de um ponto central, que é, novamente, o *eu*; algo está perto de mim, de ti, dele, trata-se de um sistema de coordenadas espaciais que localiza todo objeto a partir daquele que se institui como *eu*.

Pensar a subjetividade na construção da identidade docente via linguagem é reconhecer que o homem se constitui na e pela linguagem e por meio dela se reconhece na relação com o outro. O discurso, visto por essa perspectiva, põe em evidência a necessária relação de um locutor, o *eu*, que se define como tal por oposição a um alocutário, o *tu*. Voltando à instância pedagógica, o sujeito, por esse viés enunciativo, constitui sua identidade de professor pela oposição discursiva ao discente, aos colegas professores, aos familiares, aos gestores educacionais, ao material didático, enfim, a todos com quem se enuncie como *eu* nas situações discursivas profissional e institucional.

Mesmo restritas pelos limites necessariamente impostos por um trabalho como este, acredita-se ter con-

seguido demonstrar o caráter fundamental da linguagem na expressão da subjetividade pressuposta pela construção da identidade docente. Por óbvio, o que se discute aqui é apenas um início de investigação, mas como uma grande conjectura que, mediante exame mais acurado por pesquisas futuras, pode ser mais ou menos validada.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Moraes, 1979.
- CARRARA, O. V. A relação em Martin Buber. **Mimesis**, v. 23, n. 1, p. 81-98, 2002.
- CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, A. M. D. P.; OLIVEIRA, D. A constituição da profissão docente: um estudo com professores da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 50, p. 1009-1028, out./dez. 2016.
- CAVACO, Maria Helena. **Ofício de professor**: o tempo e as mudanças. Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.
- ENTREVISTA com um professor de idiomas online. Blazaar. Disponível em: <<https://www.blazaar.com/blog/entrevista-com-um-professor-idiomas-online/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- FLORES, V. et al. (Org.). **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.
- NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.
- SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.
- VEIGA, I. P. A. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. (Orgs.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Recebido em 17.01.2018
Aprovado em 18.10.2018

Endereço para correspondência
Carina Maria Melchiors Niederauer
Rua Tronca, 1726/41 – Bairro Exposição
95010-100 Caxias do Sul, RS, Brasil

⁴ Ver indicação completa aqui mesmo, na seção *Referências*.

⁵ *Atualizar*, aqui, no sentido de *pôr em ato*, de *realizar*, de transformar a língua, como sistema de signos, em uso de língua, em discurso efetivamente produzido, logo circunstanciado.